



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL

Nos dias vinte e cinco de setembro de 2008, na sala de reuniões do CETA - ECOTEL, na cidade de Macapá/AP, sob a presidência do Procurador de Justiça, Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas, Diretor da Fundação Escola Superior do Estado do Rio Grande do Sul; e com a presença dos Doutores Maria do Socorro Milhomem Monteiro, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Amapá; Mário de Magalhães Papaterra Limongi, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de São Paulo; Patrícia Silveira da Rosa, Presidente do Instituto Superior do Ministério Público do Rio de Janeiro; Alfredo Pinheiro, representante da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco; Marco Antônio Guerreiro, Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão; Samia Saad Gallotti Bonavides, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Paraná; Sérgio Dário Machado, Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Espírito Santo; Júlio César Luciano, representante do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Estado de Minas Gerais; e da Dra. Walkyria Ruicir Danielski, Diretora da Escola do Ministério Público de Santa Catarina, nos termos dos registros do Livro de Presenças, reuniu-se em Assembléia Geral, o Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil, com a seguinte pauta de assuntos: 25 de setembro – **1. Abertura; 2) Palestra: “MINISTÉRIO PÚBLICO E O DESAFIO AMAZÔNICO; 3) Banco de Cursos; 4) Débitos Pendentes das Contribuições do CDEMP; 5) Comissão da Revista do CDEMP;** 26 de setembro - **1) Apresentação da Consulta Pública de participação da sociedade no Planejamento Estratégico do Ministério Público do Amapá; 2) Proposta de alteração do Estatuto; 3) Deslocamentos do presidente do CDEMP para reuniões e compromissos oficiais. 1) Abertura** - Às 14h do dia vinte e cinco de setembro de 2008 foram iniciados os trabalhos, formando-se mesa composta pelas seguintes autoridades: **Dr. Márcio Augusto Alves**, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá; **Dra. Stela Maria Pinheiro do Nascimento Sá**, Corregedora-Geral do Ministério Público do Estado do Amapá; **Dr. Marcelo Moreira dos Santos**, Presidente da Associação do



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

Ministério Público do Estado do Amapá; **Dr. Iaci Pelaes dos Reis**, Diretor-Geral do Ministério Público do Estado do Amapá; **Dra. Maria do Socorro Milhomem Monteiro**, Diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Amapá; e pelo Presidente do CDEMP, **Dr. Luiz Fernando Calil de Freitas**, Diretor da Fundação Escola Superior do Rio Grande do Sul, que apresentou as boas vindas aos participantes do evento e agradeceu o acolhimento dos colegas do Amapá. A Dra. **Maria do Socorro Milhomem Monteiro** saudou os presentes, ressaltando a qualidade ambiental da região, posto ser o Amapá o Estado com maior índice de preservação ambiental do País e a importância do intercâmbio entre os membros do MP nas suas mais diversas áreas de atuação, até como forma de fortalecimento da unidade institucional. Na seqüência, fez uso da palavra o Dr. **Márcio Augusto Alves**, Procurador-Geral de Justiça do Amapá, que registrou a satisfação em receber a todos, consignando a importância e a admiração que nutre pelo trabalho desenvolvido nos CEAFs e Escolas do Ministério Público. Na oportunidade, fez a entrega ao presidente do CDEMP de uma carta elaborada em Brasília, no ano de 1996, quando da criação do colegiado dos Diretores de Escolas e CEAFs do País, na qual se buscou fomentar a criação dos CEAFs e Escolas por todos os MPs. Finalizou dando a todos as boas-vindas ao Estado do Amapá e à cidade de Macapá, desejando que desfrutem das belezas e atrativos que estes oferecem. Seguiu-se o pronunciamento da Dra. **Stela Maria Pinheiro do Nascimento Sá**, Corregedora-Geral do MP do Amapá, a qual também afirmou a satisfação do Ministério Público deste Estado em sediar o evento, desejando a todos uma excelente reunião. Seguiu-se o pronunciamento do Dr. **Marcelo Moreira dos Santos**, presidente da AMP Amapaense, que destacou a importância de se pensar o Ministério Público e desejou a todos um profícuo encontro. Ainda, fez uso da palavra o Dr **Iaci Pelaes dos Reis**, Diretor-Geral do Ministério Público do Estado do Amapá, mencionando as peculiaridades locais, especialmente em face da distância do centro-sul do País, como uma barreira a ser vencida, mas paralelamente, como fator de preservação das riquezas e características locais, saudando os presentes e desejando que possam bem desfrutar da hospitalidade do povo local. Pelo Presidente do CDEMP foi agradecida, em nome de todos os presentes, a acolhida pelos colegas do Amapá e, em especial, pela Dra. Maria do Socorro Milhomem Monteiro, destacando ainda o prestigiamento do encontro pelo Procurador-Geral de Justiça do Amapá, pela Corregedora-Geral do Ministério Público do



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

Amapá, e pelo presidente da Associação do Ministério Público do Amapá. Agradeceu ainda a doação do documento indicativo da criação do CDEMP, o qual será arquivado com especial cuidado e carinho. Na seqüência, foi proposta desde logo a alteração da pauta da presente reunião, com a exclusão do item alusivo à proposta de alteração estatutária do CDEMP, ante a impossibilidade de comparecimento do colega Maurício Kalache. Ainda, foi relatada a disposição de permanência no recinto das autoridades convidadas locais, para a apreciação do painel a ser apresentado pelo Dr. Marcelo. Passou-se, então, ao **item 1 da pauta** – Dada a palavra ao Dr. Marcelo Moreira dos Santos, este iniciou a apresentação do painel **“Ministério Público na Amazônia – desafios e perspectivas”**. Destacou o palestrante a existências de vários aspectos a serem preservados na região Amazônica. Inicialmente, registrou a Amazônia arqueológica, riquíssima e que necessita de proteção. Discorreu acerca do processo de colonização e criação dos centros urbanos na região Amazônica. Destacou que, apesar da preservação ainda de cerca de 70% da Amazônia, é preciso lembrar que ela é, sim, habitada e cuja população é composta de grande diversidade. Destacou que tudo na Amazônia é superlativo (60% do território nacional; magabiodiversidade; anomalia geológica na formação de minérios; grande reserva de terras férteis, madeira e outros recursos naturais; maior rio do mundo), acarretando também grandes problemas, particularmente na questão fundiária, na pressão ambiental e na deficiência dos serviços públicos. Especificamente no que tange ao Ministério Público, asseverou as dificuldades de acesso físico e, mesmo, culturais, eventualmente detectados entre os membros da Instituição e as comunidades por eles atendidas. No aspecto físico, registrou que o MP está presente em todos os Estados, mas não em todas as cidades. Destacou a dificuldade decorrente do isolamento causado pelo choque cultural em seus mais diversos aspectos com as etnias locais. Apresentou os dados geográficos do Amapá e as principais dificuldades operacionais do Ministério Público na região, destacando, dentre elas, a dificuldade de acesso a determinadas localidades e grupos sociais, como já destacado, além de carência das equipes técnicas e o surgimento de novos direitos e problemas que mais recentemente se tornaram visíveis (patrimônio genético). Diante de tais desafios, apresentou as perspectivas para sua superação, consistentes, no seu entendimento, no fortalecimento das redes existente e no modelo de planejamento, com atuação regionalizada e compartilhamento de informações; intensificação da parceria



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

com a sociedade civil e investimentos na educação voltada à cidadania, com a formação de agentes multiplicadores. Finalizou apontando a necessidade do Ministério Público aprender a reconhecer as diferenças; aprender a ouvir as comunidades excluídas; a construir um modelo de proteção e a construir cooperações e parcerias. Proposta a inclusão na pauta do tema **Seleção do Doutorado da Faculdade Tullo Ascarelli, da Universidade Roma Tre**, foi a mesma acatada, sendo efetuada pelo Presidente breve retrospectiva acerca da assinatura do convênio e do processo seletivo realizado, com a ocorrência de 4 inscrições, tendo a Faculdade Tullo Ascarelli aceitado a indicação de todas elas para a submissão de exame pela banca de admissão, com a posterior aprovação de todos os candidatos em tal processo, mediante a concessão de uma vaga adicional. Na mesma oportunidade, pelo professor Salvatore Massamuto foi ressaltada a hospitalidade com a qual foi recebido pelo povo brasileiro e, em especial pelos membros do CDEMP, tanto por ocasião de sua estada na cidade de São Luiz/MA, quando da celebração do convênio, como agora, nesta cidade de Macapá. Proposta a abertura de espaço na pauta, foi a mesma acatada, para o fim de se passar de imediato à **apresentação da “Pesquisa com Grupos Focais sobre Direito Sanitário”, tendo como expositora a Professora Sandra Viel, Diretora da Escola de Saúde Pública do RS e professora da FMP/RS**. Pela expositora foi relatado que a pesquisa em comento está sendo financiada pelo BID e pretende se realizar em 36 municípios, com a oitiva da comunidade através de amostras domiciliares e grupos específicos envolvendo ONGs, sindicatos e associações, onde serão buscadas informações relacionadas às práticas e expectativas na área da saúde, confrontadas com as garantias e direitos estabelecidos nessa mesma área. A partir dessa pesquisa, a pretensão é a realização de curso à distância, de gerenciamento em saúde nesses mesmos municípios. A proposta é de participação das Escolas de MP como facilitadoras para obtenção de dados, informações, delimitação dos grupos focais e indicação dos participantes do futuro curso de gestão em saúde. Ao final da exposição restou deliberado o apoio do CDEMP à pesquisa e ajustado que será fornecida à expositora a relação dos Diretores de Escola, para o fim de contato futuro para a operacionalização de tal apoio, o qual também será buscado junto aos Procuradores-Gerais de Justiça. Efetuados questionamentos, pela expositora foi respondido que a AMPASA participou da fase inicial de elaboração do projeto, porém tal entidade não permite a institucionalização de sua operação, não havendo óbice, porém,



de que em cada escola sejam acionados integrantes da AMPASA para a operação da cooperação e apoio a serem conferidos ao projeto. Pelo Presidente foi agradecida a participação da Dra. Sandra, ressaltando a imprescindível colaboração prestada pela mesma para a viabilização do convênio do CDEMP com a Universidade Roma Tre e, ainda, para a solução das dificuldades surgidas quando do processo seletivo, auxiliando a todos os colegas indicados no atendimento dos requisitos necessários para a realização do curso de doutorado. Passou-se, na seqüência, à abordagem dos seguintes

Assuntos Gerais: a) Pelo Presidente foi referido contato, através do qual **o colega Eduardo Sabo, do Distrito Federal, disponibilizou um exemplar da obra “O Ministério Público e a Construção do Estado Democrático de Direito”, de sua autoria, a todos os membros do CDEMP, isto já para a próxima reunião de Vitória,** devendo ser efetuado contato com o autor para as devidas providências; b) Pelo Presidente foi ponderado que, ante a ausência do colega Maurício Kalache, entende prejudicado o item da pauta referente à análise integral dos pagamentos pendentes ao CDEMP. Na seqüência, porém, **apresentou proposta de que, para o próximo processo eleitoral que se avizinha, fosse desconsiderada a restrição constante do estatuto, referente à impossibilidade de concorrerem aos cargos eletivos os colegas representantes de entidades que se encontrem em débito perante o CDEMP, o que restou aprovado, por unanimidade.** c) Ainda pelo Presidente, foi proposta a **criação de uma comenda para o reconhecimento do trabalho de pessoas que, não sendo integrantes do CDEMP, tenham prestado a ele relevantes serviços,** recebendo a idéia o apoio dos presentes. d) O colega Marco Antonio Guerreiro concitou a todos os presentes para que fosse renovado **o empenho de cada diretor para a sensibilização dos demais colegas para o comparecimento às reuniões,** o que foi por todos acatado; e) Pelo presidente foi relatado o **convite recebido do Presidente da CONAMP para participar de reunião do Conselho Deliberativo daquela entidade,** no qual foi tratada a **Resolução do CNMP acerca da atividade acadêmica (magistério) dos membros do MP,** tendo, na ocasião, sido sustentada pelo Presidente a desnecessidade de alteração da Resolução atualmente em vigor, sendo suficiente a efetiva fiscalização de eventuais excessos pelas Corregedorias. Na mesma ocasião, **foi solicitado ao Conselho da CONAMP apoio para revisão da situação de reconhecimento das Escolas da Magistratura para fins de concursos do Ministério Público e do não**



reconhecimento das Escolas do Ministério Público para os concursos da Magistratura. f) Pela colega Patrícia Silveira da Rosa foi relatada **situação ocorrida no RJ, quando impugnada a aquisição, sem licitação, de vagas pela Procuradoria-Geral de Justiça daquele Estado, em curso de especialização promovido pela Escola do MP/RJ**, tendo a impugnação se dado através de representação perante o CNMP que, na última segunda-feira, por unanimidade, confirmou a inexigibilidade de licitação em caso que tal; g) Pelo presidente foi relatado o **recebimento de correspondência da Oficina da Palavra, acerca do interesse na realização do curso ofertado em Palmas, sendo por ora descartada sua realização de imediato**, mas ressalvada a viabilidade de sua reapreciação no decorrer do próximo ano. Antes da finalização dos trabalhos, foi **submetida à apreciação a ata da reunião anterior, ocorrida na cidade de Palmas/TO, tendo a mesma restado aprovada**. Às 18:00 horas foram encerrados os trabalhos do dia. **Dia 26/09/08:** Dado reinício aos trabalhos às 09h. **1) Exposição da Consulta para Planejamento Estratégico do MP/AP.** A colega Maria do Socorro Milhomen Monteiro efetuou a apresentação do palestrante, Consultor Charles Chelala, o qual coordenou a elaboração da Consulta Pública realizada para a implementação do planejamento estratégico no âmbito do MP/AP. Passada a palavra ao palestrante, este efetuou exposição acerca da relevância da utilização do instrumento da Consulta Pública na elaboração do Planejamento Estratégico do Ministério Público, asseverando que o mesmo permite a identificação da real necessidade do público-alvo, permitindo a readequação das diretrizes da administração e comprometendo a Instituição com os resultados a serem obtidos. Ao final da exposição, pela Dra. Maria do Socorro Milhomen Monteiro foi complementada a exposição, aduzindo que o primeiro resultado efetivo e imediato da consulta realizada, cuja prioridade absoluta apontada foi a área da saúde, foi a criação de uma promotoria específica para tal atuação que antes se encontrava integrada em uma promotoria de direitos da cidadania. Seguiram-se debates, com pronunciamento e questionamentos dos colegas Mário de Magalhães Papaterra Limongi, Luiz Fernando Calil de Freitas, Marco Antônio Guerreiro e Samia Saad Gallotti Bonavides, sendo prestados os seguintes esclarecimentos: a) a opção por consulta pública e não audiência pública se justificou porque a audiência pública, em tese, permite a maior organização de grupos ou segmentos determinados, os quais comparecem em massa nas audiências, permitindo uma distorção das prioridades



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

dependendo do grau de organização de cada segmento; b) a forma de alcance do público-alvo foi disponibilização do formulário eletrônico no site do MP e em outros sites e blogs de entidades de imprensa e outros parceiros e, ainda, distribuição e disponibilização de formulário impresso nos locais de funcionamento do “Superfácil” de Macapá e Santana, centro este de centralização e disponibilização de diversos serviços públicos; c) a consulta durou 2 semanas para ser realizada, tendo colhido 2.086 manifestações nesse período, quantidade esta bastante superior, por exemplo, a quantidade de entrevistas em qualquer pesquisa Ibope no Estado, que é de cerca de 500 pessoas; d) a consulta foi divulgada previamente em mídia espontânea e mídia paga, esta última apenas em rádio; e) não foi incluída na avaliação a questão da abertura cultural e relacionamento dos membros do MP/AP com o público, especialmente em face do grande número de membros oriundos de outros Estados, mas é possível sua inclusão em pesquisa futura; f) o resultado da pesquisa apontando as prioridades elencadas pela sociedade foi encaminhado ao Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça, propiciando, portanto, que todos os órgãos públicos diretamente envolvidos no seu atendimento tenham tal conhecimento; g) a população consultada foi em torno de 2000 pessoas, ao passo que a população do estado é de cerca de 600.000 habitantes, mas as amostras foram bem distribuídas, de modo a permitir uma avaliação geral adequada; h) nos formulários, as perguntas utilizaram a expressão Ministério Público e não Promotor de Justiça ou Promotor Público; i) o Ministério Público é pioneiro em planejamento estratégico no Estado do Amapá e o trabalho de envolvimento dos membros da Instituição foi realizado previamente e ainda persiste, tendo sido realizado *work shop* com tal finalidade, com imersão em local fechado, por dois dias; j) o trabalho de organização para realização do planejamento estratégico foi realizado com a orientação de empresa de assessoria especializada, mas a decisão pela realização de consulta pública foi da própria Instituição. Na seqüência, em **Assuntos Gerais**, foi dada a palavra ao colega Marco Antônio Guerreiro, o qual retomou a proposta de **agenda mínima de cursos para as Escolas, consistente na proposta de que todas as Escolas efetuem previamente o agendamento de suas atividades, divulgando-a através do CDEMP**, de forma que se possa obter, com tal procedimento, uma agenda mínima dos cursos a serem realizados por todas as Escolas. Na oportunidade, o colega Marco Antônio



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

apresentou todo o plano de atuação da Escola do MP/MA, disponibilizando-o ao CDEMP. Pelo colega Luiz Fernando Calil de Freitas foi ponderado que para as Escolas Fundacionais e Associativas o planejamento sistemático e com grande antecedência de todos os cursos pode não ser interessante, posto que estas têm grande agilidade para poderem aproveitar a presença de palestrantes ou temas atuais para a organização e realização de palestras e eventos de forma rápida. Ressaltou, porém, entender interessante a forma de trabalho apresentada pelo colega do Maranhão para os CEAFs. Seguiram-se manifestações dos colegas Patrícia Silveira da Rosa e Mário de Magalhães Papaterra Limongi acerca da realidade do planejamento de cursos em seus Estados. **2)** Passou-se, então, ao exame do item da pauta referente à **Revista do CDEMP**. Pelo Presidente foi suscitada a necessidade de divulgação do CDEMP e, para tanto, foi **proposta a elaboração de uma revista do colegiado, não com a característica científica da anteriormente cogitada, mas sim de registro das atividades desenvolvidas, a qual seria distribuída no âmbito de atuação dos MPs**, tal como aos Procuradores-Gerais de Justiça, Corregedores do MP, membros do CNMP, etc. A sugestão apresentada foi de encaminhamento de estudo da viabilidade de tal revista pela agência de publicidade que atualmente presta serviços à FMP. Pelo colega Sérgio foi lembrado que em reunião anterior, também no intuito de divulgação do Colegiado, já fora sugerido e acatado que a logo do CDEMP seja colocada em todos os cursos realizados pelas Escolas. **3)** Na seqüência, foi efetuada a apresentação, pela colega Walkyria, da proposta da criação do **“Banco de Cursos”**: Pela expositora foi desde logo explanado que a denominação mais adequada à proposta é de **formação de um “Banco Acadêmico”, que consistiria na criação, na página do CDEMP, de quadro específico contendo o corpo docente das Escolas, com as disciplinas/palestras ofertadas, se possível com currículo**. Tal disponibilização poderia ainda incluir cursos específicos que possam ser levados para outros Estados, quer na forma presencial ou à distância e complementar a disponibilidade hoje já existente de mera divulgação dos cursos das Escolas na página do CDEMP. Seguiram-se manifestações de apoio à proposta pelos colegas Patrícia Silveira da Rosa e Sérgio Dário Machado, sendo a proposta aprovada, mediante o encaminhamento das relações de corpo docente para a secretária do CDEMP. **Assuntos Gerais – Pelo colega Luiz Fernando Calil de Freitas foi consignado que se afastará da Presidência do CDEMP a partir desta data**, em face



Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil

da necessidade de deslocamento à Roma para a realização de curso de doutorado, razão pela qual a mesma passará a ser exercida, de forma interina, até a próxima reunião de Vitória/ES, pelo colega Maurício Kalache, Vice-presidente do Colegiado, a quem incumbirá, juntamente com a Secretária e o colega Sérgio Dário Machado, a organização da reunião a se realizar nos próximos dias 4 e 5 de dezembro do corrente ano, bem como conduzir o processo sucessório naquela oportunidade. Pelo colega Mário de Magalhães Papaterra Limongi, em nome de todos os membros do CDEMP, foi registrada a serenidade, zelo e competência na condução do CDEMP pelo Presidente Luiz Fernando Calil de Freitas, razão pela qual lhe foram externado os agradecimentos de todas as Escolas e CEAFs pela dedicação verificada. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada, às 12h e 45min, a Assembléia Geral, do que, para constar, eu, Walkyria Ruicir Danielski, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

Luiz Fernando Calil de Freitas, Presidente _____

Walkyria Ruicir Danielski, Secretária _____